

SUMÁRIO

Prefácio – Prof. CARLOS ALBERTO ALVARO DE OLIVEIRA	9
Introdução	13
Parte I – A Sistematização das Invalidades Processuais	19
1. As invalidades na Teoria Geral do Direito	19
2. Os planos do mundo jurídico	23
2.1 Plano da existência	24
2.2 Plano da validade	28
2.3 Plano da eficácia	37
3. O fato jurídico processual	41
3.1 A noção de “ato processual”	42
3.2 O processo como um procedimento em contraditório destinado à realização de justiça	47
4. As doutrinas recorrentes acerca das invalidades processuais no Brasil	52
5. Uma apreciação crítica das doutrinas até então formuladas	58
6. Os princípios infraconstitucionais atinentes às invalidades	62
6.1 Princípio da causalidade	63
6.2 Princípio da instrumentalidade das formas	64
6.3 Princípio do interesse	66
6.4 Princípio da preclusão	67
6.5 Princípio da economia processual	69
7. Para uma definição de “invalidade processual”	71
Parte II – Os Princípios Constitucionais e as Circunstâncias do Caso Concreto como Critérios Determinantes para a Construção de uma Teoria das Invalidades Processuais	74
8. A disciplina das invalidades no Código de Processo Civil brasileiro	74
9. Os princípios constitucionais a serem realizados pelo processo ...	81
9.1 O princípio da segurança jurídica	85
9.2 O princípio da efetividade	89
9.3 O princípio da justiça	92



10. Mecanismos úteis para a harmonização dos princípios: os postulados normativo-aplicativos	97
10.1 Ponderação	100
10.2 Proporcionalidade	100
10.2.1 O fundamento da proporcionalidade	103
10.2.2 Os exames inerentes à proporcionalidade	105
10.2.3 Pressupostos para a aplicação da proporcionalidade	106
10.2.4 O processo e a proporcionalidade: uma relação indispensável	108
10.3 Proibição de excesso	112
11. Invalidades na perspectiva dos princípios constitucionais harmonizados diante das circunstâncias do caso concreto	114
12. A decretação da invalidade, a regularização dos atos atípicos e sua relação com a coisa julgada	124
13. A motivação como instrumento de controle do arbítrio judicial	131
14. Enfoque pragmático: a análise da jurisprudência acerca do tema	135
Conclusão	139
Referências Bibliográficas	145